

JUL - SET | 2021

BOLETIM DO ECONOMISTA

BOLETIM DO ECONOMISTA

FORTALEZA-CE
2021

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL

Silvana Maria Parente Neiva Santos - Coordenadora

Allisson David de Oliveira Martins

Álvaro Martins de Carvalho Filho

Desirée Custódio Mota

Fabio Castelo Ponte de Araújo

José Ibiapina Alencar Andrade

Henrique Jorge Medeiros Marinho.

José Wanderberg Rodrigues Almeida

Ricardo Eleutério Rocha

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Trimestral

IDIOMAS

Só serão aceitos artigos escritos em português.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 10 do último mês da edição em formato arial 12, contendo no mínimo 5000 e no máximo 15 mil caracteres.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Vanêssa de Sousa Madeira

AUTOR CORPORATIVO

Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE

Avenida Antônio Sales 1317 - SALA 102

CEP: 60135-101

Joaquim Távora - Fortaleza - CE

PRESIDENTE: Ricardo Aquino Coimbra | **VICE PRESIDENTE:** Silvana Maria Parente

Neiva Santos | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Allisson Martins, Anderson Bezerra, Desirée Mota, Fábio Castelo Branco, Izabel Colares, Jose Ibiapina, Marcos Matos Brito, Ricardo Coimbra, Silvana Parente e Vicente Ferrer. | **CONSELHEIROS**

SUPLENTE: Álvaro Martins, Darla Lopes, Francisco José Bezerra, Heloisa Aquino, José Wandemberg, Ricardo Eleutério, Reges Daniel, Rogério Fontenelle e Zaira Caldas Oliveira. | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Vicente Ferrer |

DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON: Zaira Caldas Oliveira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
O CONTROLE DA MOEDA NA ERA DIGITAL: UM DESAFIO À CIÊNCIA ECONÔMICA	07
EXTINÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS IMPACTAM NORDESTE	11
A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS PARA A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA CEARENSE NO PÓS-PANDEMIA	13
A MÚSICA BAIANA E A TEORIA ECONÔMICA	16
A TEMPESTADE PERFEITA DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	19
FINANÇAS PESSOAIS NA JUVENTUDE	23

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – CORECON-CE tem a satisfação de apresentar a edição do terceiro trimestre de 2021 do Boletim do Economista.

Podemos afirmar que a economia brasileira e a cearense ainda não se recuperaram das perdas sofridas durante o período da pandemia. Analisando os meses mais recentes observamos que alguns segmentos reaqueceram suas atividades, mas ainda vai levar algum tempo para um pleno funcionamento e produtividade, comparando com março de 2020, onde a economia se encontrava aquecida.

No caso específico do Ceará, o setor de serviços irá retomar suas atividades de forma mais rápida. E por ser um dos segmentos mais sensíveis a economia, pelo fato do contexto do coronavírus e contato direto entre as pessoas, a recuperação se dará de uma forma mais consistente.

Atualmente estamos vivendo um cenário de tempestade inflacionária, em função do aumento dos preços dos combustíveis que dispararam em 2021. Apenas esse ano, de janeiro a setembro, a majoração acumulada foi de 32% e por isso se tornou um dos assuntos mais comentados.

Mesmo diante de todo um quadro de discussão de reforma tributária esse assunto não teve a atenção merecida. E esse cenário inflacionário também atingiu outros produtos essenciais como alimentos de primeira necessidade, energia elétrica e outros. Uma situação que demanda cuidado e atenção por parte dos governantes e a população em geral.

E falando do importante papel que o Banco Central (BACEN) exerce na economia Brasileira, de realizar a gestão do dinheiro em espécie e vigia a liquidez da economia e o Conselho Monetário Nacional (CMN) autoriza a emissão de moeda. Uma atuação claudicante, dessas duas instituições, resultaria em efeitos contraproducentes para o crescimento econômico. A cooperação e competição devem coexistir em benefício da atividade econômica.

As criptomoedas surgiram em plena era digital e vieram com o objetivo de maior “liberdade”, retorno nos investimentos e reduzindo custos.

O projeto de Lei nº 3.203 de 16.09.2021 apresentado pelo Governo Federal ao legislativo dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios fiscais federais.

Nesse cenário, mais uma vez o Nordeste é preterido com a extinção prevista para 2023 do Incentivo Fiscal do Reinvestimento de 30% do IRPJ devido, que é um benefício fiscal instituído pela Lei 5.508/68 atualizada pela Lei 1399/2019, mecanismo de política pública, objetivando reduzir as desigualdades econômicas e sociais em nosso País.

Os jovens, entre 15 e 24 anos, já aprenderam e desenvolver as habilidades esperadas na infância e adolescência, tais como: civilidade, empatia, assertividade, habilidades acadêmicas, autocontrole, expressividade emocional, solucionar problemas

e muitas outras. Ocorre que existe, na prática, uma lacuna no que tange os assuntos relacionados a dinheiro.

Os problemas financeiros decorrem da falta de educação formal sobre essa temática, bem como das crenças negativas sedimentadas no indivíduo, gerando decisões ou escolhas ruins. Na fase adulta os erros financeiros são verdadeiras armadilhas. Na maioria das vezes, orçamento, planejamento financeiro, dinheiro ou controle de gastos não fazem parte das conversas familiares. Há uma necessidade de reconstruir um mindset financeiro de sucesso para um futuro promissor.

E, por fim, há uma reflexão sobre o real papel dos Bancos Centrais, que antigamente tinham independência e uma trajetória de austeridade. E com as crises mais recentes, eles enfraqueceram e isso acarreta prejuízo para a economia e ainda, se tornaram politicamente vulneráveis. Só não diminuíram as montanhas de dinheiro no cofre.

Outro dia, ouvindo um desses economistas mais rebeldes, ele, sorridente, provocava: e se a mão invisível for o Estado?

Alguma coisa está fora de ordem, diria o poeta baiano.

Pensando bem, talvez seja prudente ouvir menos música baiana e voltar à leitura de Adam Smith e David Ricardo. Fica aqui a dica!

Nesse Boletim Econômico são apresentados os seguintes artigos:

- A contribuição do setor de serviços para a recuperação da economia cearense no pós-pandemia - Giuliano Villa Nova
- A tempestade perfeita do preço dos combustíveis – Victor Ximenes
- O controle da moeda na era digital: Um desafio a Ciência Econômica – Davi Azim
- Extinção de incentivos fiscais impactam Nordeste – Izabel Colares Maia
- Finanças Pessoas na juventude – Darla Lopes
- A música baiana e a teoria econômica - Osvaldo Araújo

Agradecemos a todos os economistas e profissionais que contribuíram de forma voluntária para qualificar esse debate. Boa leitura!

Desirée Mota

Conselheira Efetiva e Organizadora da Comissão Editorial

Ricardo Coimbra

Presidente

Silvana Parente

Vice Presidente



DAVI AZIM

Economista, Pós Graduado em Estratégia e Gestão Empresarial UFC. Analista de Operações CONAB.

O CONTROLE DA MOEDA NA ERA DIGITAL: UM DESAFIO À CIÊNCIA ECONÔMICA

O Conselho Monetário Nacional (CMN), autoriza a emissão de moeda mediante um atilado processo de análise da atividade econômica no País. O Banco Central (BACEN), dentre outras atividades, faz a gestão do dinheiro em espécie e vigia a liquidez da economia. Uma atuação claudicante, dessas duas instituições, resultaria em efeitos contraproducentes para o crescimento econômico.

Esse “arcabouço hierárquico”, encontra arrimo na necessidade em se fornecer segurança jurídica aos agentes econômicos, promovendo um ambiente de negócios onde cooperação e competição coexistam em benefício da atividade econômica. O câmbio flutuante, não podemos esquecer, é uma ferramenta importante para a dinâmica dos investimentos (ativos financeiros ou não) e o comportamento da balança comercial. Tudo isso em consonância com a práxis macroeconômica em voga.

Contudo, a era digital apelou para a redução de custos e a não regulamentação, pelos Estados Nacionais, de algumas atividades (como as redes sociais). É nesse diapasão que surgem as criptomoedas. Elas encapsulam a promessa de maior “liberdade” e retorno nos investimentos. Sobre a égide da descentralização e não interferência política, esse produto digital apresenta-se como um instrumento financeiro *mutatis mutandis*, instigando a crença de que

a moeda de curso normal está sofrendo um tipo de obsolescência funcional.

Nesse contexto, a ciência econômica enfrenta o seguinte desafio: responder se o controle da moeda pode ser desestatizado, ou seja, repassado à iniciativa privada e, caso isso seja factível, as criptomoedas seriam o fator crível dessa deflexão na gestão monetária?

Essas proposições, para alguns economistas, são oníricas e carecem de empirismo. Para eles, a saída do governo do controle da moeda só resultaria no aumento especulativo, fraudes e, no caso das criptomoedas, ciberataques. De fato, se observarmos as criptomoedas, algumas situações ocorridas ao redor do globo atenuam as críticas. A fundadora da OneCoin, com sede na Bulgária, Ruja Ignatova, simplesmente fugiu com os recursos dos seus investidores. Os irmãos fundadores da Exchange Africrypt, na África do Sul, Ameer e Raees Cajee, alegaram que sofreram um ciberataque criminoso e, com isso, ficaram impossibilitados de honrar com os compromissos.

Esses dois episódios deixaram muitos investidores com o sentimento de cair no “canto da sereia”, pois viram seus sonhos, de elevada rentabilidade, serem extintos. Mas não esqueçamos da proposta de uma moeda com menores custos operacionais, mitigado processo de intervenção política, ocasionando maior liberdade aos agentes econômicos, e maior previsibilidade na sua emissão.

O economista, criador da ordem espontânea, Friedrich A. Hayek (1899 – 1992), em sua obra “Desestatização do Dinheiro”, produziu algo seminal nesse sentido. Ele defendeu a retirada completa do controle estatal na emissão da moeda pois, para ele, o monopólio do Estado gerava ineficiência na análise do custo-benefício para a sociedade. Era preciso a criação, controle e emissão de novas moedas, por parte de entes privados, para promover a concorrência entre elas e reduzir os infortúnios criados pela administração estatal, como inflação e favorecimentos a grupos específicos. A participação da imprensa era crucial para a transparência necessária aos agentes econômicos.

Era, claramente, uma crítica ao que propusera o economista John M. Keynes (1883-1946), quanto à participação governamental na economia. Keynes argumentava sobre a importância do incremento nos gastos públicos, em momentos de crises sistêmicas, que ocasionaria uma expansão monetária e ajudaria na ampliação da renda no curto prazo. Para Keynes, o governo tinha papel de destaque nas soluções conflituosas da economia, atuando como um ‘baluarte da confiança’ para qualquer ativo. Mas é bom lembrar da célebre frase

proferida por Keynes: “no longo prazo todos estaremos mortos”, um destaque aos déficits recorrentes sem uma resposta governamental adequada.

Dois dos maiores pensadores econômicos do século XX que inspiraram, com suas ideias, muitas economias ao redor do planeta, tinham posições diametralmente contrárias. Um maniqueísmo teórico-prático tanto com relação à quem se deve imputar o papel de controlador da moeda, quanto a melhor forma de operacionalizar a atividade monetária, no intuito de elevar a eficiência econômica.

Certamente não contavam com o surgimento da era digital, não tinham como prever esse distúrbio em suas equações. A era digital trouxe mudanças ubíquas, sem precedentes na história humana, que impactaram as interações econômicas, sociais e políticas. As vicissitudes desse processo ainda carecem de análises. Por isso é preciso que a ciência econômica perscrute o paradigma (modelo) da política monetária, dentro do ambiente das criptomoedas, e realize as pesquisas inerentes ao ofício científico. Do contrário, qualquer tentativa de explicar o fenômeno seria uma resposta apriorística.

O físico e filósofo americano, Thomas S. Kuhn (1922-1996), em sua obra intitulada “A Estrutura das Revoluções Científicas”, define paradigma como sendo “...realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Acrescentou, também, que esses paradigmas entram em crise: “A crise dos paradigmas é responsável pelas mudanças conceituais dentro de um campo do saber”. Ele afirmava que essas crises ocorrem dentro da ciência denominada normal, onde não havia a preocupação com a novidade, mas em se especializar no paradigma vigente.

A economista americana, primeira mulher a ganhar o prêmio Nobel de Economia, Elinor Ostrom (1933-2012), fez um preciso alerta sobre os incentivos de carreira que influenciam na abordagem metodológica ao se fazer pesquisa. Todos os padrões compartilhados, segundo ela, apresentam métodos com diferentes pontos fortes e fracos, sendo condição *sine qua non* combiná-los para um resultado superior (múltiplos métodos). Ao se obter as evidências, essas devem ser teoricamente relevantes e precisam identificar os mecanismos que conectam as explicações aos resultados.

A crise dos paradigmas de Kuhn e o alerta aos incentivos de carreira dos pesquisadores, como carentes da visão de múltiplos métodos, verificada por

Elinor, podem ser uma trilha a ser percorrida pela ciência econômica. A pandemia deve servir como espaço amostral para validar parcialmente, ou totalmente, as teorias defendidas por Keynes ou Hayek, agora sobre o prisma de uma moeda digital. Nós, economistas inseridos na pós-modernidade, diante desse desafio prático, não devemos pensar nas criptomoedas como um conceito autotético. Precisamos seguir com o nosso labor para que o resultado das nossas reflexões, sirvam de apoio ao processo volitivo das diversas categorias de investidores.



IZABEL COLARES MAIA

Economista, Consultora Econômica, Cátedra nº105 da Academia Nacional de Economia - ANE, ex-presidente do Corecon-Ce e Economista da Audiplan Assessoria e Consultoria Empresarial LTDA.

EXTINÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS IMPACTAM NORDESTE

O projeto de Lei nº3.203 de 16.09.2021 apresentado pelo Governo Federal ao legislativo dispõe sobre o plano de redução gradual de incentivos e benefícios fiscais federais.

Nesse cenário, mais uma vez o NORDESTE é preterido com a extinção prevista para 2023 do INCENTIVO FISCAL DO REINVESTIMENTO DE 30% DO IRPJ DEVIDO, que é um benefício fiscal instituído pela Lei 5.508/68 atualizada pela Lei 1399/2019, mecanismo de política pública, objetivando reduzir as desigualdades econômicas e sociais em nosso País.

Para usufruírem desse incentivo os empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento situados na área de atuação da SUDENE, do segmento de infra estrutura, turismo, industrial, agricultura, mineração e informática elencados no Decreto 4213/2002, deverão realizar modernizações em seu parque industrial mediante investimentos compatíveis com a renúncia fiscal dos 30% do IRPJ devido, acrescido de mais 50% de recursos próprios, depositados no Banco do Nordeste e devidamente comprovado em projeto a ser apresentado à SUDENE.

O incentivo fiscal do reinvestimento pode ser utilizado cumulativamente com o incentivo da redução de 75% do IRPJ, disciplinado pela mesma legislação, benefício este que poderá ser também extinto, porquanto está

limitado ao ano de 2023 o prazo para protocolos de projetos da espécie.

Com base em informações obtidas em relatório da SUDENE, no período de 2013 a 2020, registrou-se R\$30,4 bilhões de renúncia fiscal com esses incentivos, e em contra partida gerou-se investimentos em torno de R\$247 bilhões, o que demonstra a importância desse instrumento como fator de atratividade de investimentos para a Região, pois para cada R\$ 1,00 estimado de renúncia foram contabilizados investimentos de R\$ 8,15.

A renúncia fiscal em 2020 referente ao incentivo do reinvestimento espelha um montante de R\$189 milhões (fonte: RF), valor irrisório se observarmos o universo total dos gastos tributários. e registra-se R\$454 milhões já depositados no Banco do NE do Brasil (posição de agosto/2021-fonte BNB) para a efetivação de investimentos no parque industrial das Empresas da Região.

No exercício de 2020 empreendimentos do Ceará investiram em projetos decorrentes dos incentivos fiscais sob comento, o montante de R\$2,9 bilhões de um total de R\$9,8 bilhões aplicados na área de atuação da SUDENE.

Observa-se que o foco estabelecido no plano de redução de gasto tributário do Governo Federal de, R\$ 25 bilhões, e redução da participação no PIB de 4% para 2% no prazo de oito anos. , foi a questão jurídica, desprezando, no meu entender, o impacto sócio econômico satisfatório oferecidos até então para o desenvolvimento da região Nordeste e da eficiência na administração da operacionalização desses incentivos pelos agentes de desenvolvimento SUDENE e BNB, que os administra desde a década de 1960..

Ademais, consideramos um desserviço para o Nordeste a inclusão do benefício do Reinvestimento de 30% do IRPJ no rol dos incentivos a serem extintos. Creio que deveríamos contar com nossos representantes do Congresso Nacional por um posicionamento contrário à extinção desse incentivo.

**GIULIANO VILLA NOVA**

Experiência de 27 anos em Comunicação Social, com trabalhos realizados em emissoras de rádio e televisão, jornais impressos e internet.

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS PARA A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA CEARENSE NO PÓS-PANDEMIA

É consenso que a economia brasileira e a cearense ainda não se recuperaram das perdas sofridas durante o período da pandemia. Afinal, mesmo com o reaquecimento em alguns segmentos, verificado nos meses mais recentes, vai levar algum tempo para uma plenitude de funcionamento e produtividade, nos mesmos patamares que o país e o Estado experimentavam no período antes da ebulição do covid-19, em meados de março de 2020. No entanto, no caso específico do Ceará, há motivos para crer que essa retomada vai ocorrer de forma mais acelerada e consistente nos próximos meses, em relação a outras localidades, e um dos setores que podem contribuir decisivamente para essa recuperação é o de serviços.

A despeito de este ser um dos segmentos mais sensíveis da economia – e particularmente no contexto do coronavírus, pois pressupõe o contato direto entre as pessoas – os levantamentos oficiais mais recentes apontam para uma recuperação consistente. De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativa ao mês de julho, o setor de serviços no Ceará teve uma variação positiva em seu volume pelo terceiro mês seguido: 1% na transição de junho para julho, 1,9% entre maio e junho e 2,7% no intervalo entre abril e maio – o que totaliza uma alta acumulada, em termos de volume, de 8%. Em termos de variação da receita nominal, o setor de serviços no Ceará teve o terceiro mês consecutivo de alta:

0,3% de junho para julho, 1,9%, na comparação de maio com junho, e de 2,6% entre abril e maio deste ano. No acumulado do ano, o Estado já tem uma variação na receita nominal acumulada de 9,7%.

Uma das maneiras pelas quais essa recuperação do setor de serviços pode ser percebida é pela geração de empregos. E de acordo com informações da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), veiculadas neste mês de setembro, essa retomada dos postos de trabalho deve começar ainda neste ano, já que o Ceará deve gerar 2,34 mil vagas de trabalho temporário no período das vendas natalinas. Embora tenham a característica de serem sazonais, essas vagas de emprego – especialmente no comércio varejista – podem, em boa parte, se converterem em definitivas, a depender do desempenho de cada segmento específico e do faturamento individual das empresas.

Todo esse conjunto de indicadores positivos tem sido impulsionado, em boa parte, pelo reaquecimento das atividades turísticas, que compõem boa parte da base da economia cearense. Nesse quesito, de acordo com estatísticas do IBGE, o Estado do Ceará obteve uma expansão de 6,9% no acumulado do ano de 2021, entre e julho, na comparação com igual período de 2020. De junho para julho, o Estado obteve alta de 0,9% – o que representou a quarta taxa positiva seguida, acumulando ganho geral no ano de 51,5%. Ante o mês de julho do ano passado, o volume do índice de atividades turísticas cearense apresentou expansão de 122,9%.

Reforça o potencial do turismo para a recuperação da economia estadual o fato de esse setor englobar 52 atividades produtivas da economia. Essa abrangência explica, em parte, o fato de o setor turístico ter um impacto de 7,9% no consumo das famílias do Ceará e de até 5% na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. São dados consolidados pelo Governo do Estado antes da eclosão da pandemia da covid-19, mas denotam claramente o peso desta cadeia produtiva para o mercado cearense – tanto nos momentos de queda, a exemplo da crise sanitária, quanto no momento de recuperação e reaquecimento, como verificado na atualidade.

Com a retomada mais evidente das atividades turísticas, os setores diretamente relacionados, como a hotelaria, a gastronomia, os transportes e os eventos, ganham novo impulso para expansão. Um indicativo dessa expansão é

a maior presença de turistas e a consequente alta na ocupação hoteleira em Fortaleza, que alcançou, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, os 65% em julho – ainda abaixo dos 77% do mesmo mês do ano passado, mas superando a expectativa de 50% que havia anteriormente.

Além disso, diante da diminuição dos casos de covid-19 e a flexibilização dos protocolos estabelecidos pelo Governo do Estado, já está sendo possível a realização de eventos de médio e grande porte na capital Fortaleza – sem contar os eventos de menor porte, como festas e recepções particulares, que também ajudam na geração de emprego e renda. Pode-se observar que mesmo em uma simples festa infantil, para algumas dezenas de convidados, são contratados profissionais para preparar e servir a alimentação, para entreter os convidados, entre outros serviços relacionados. A proliferação de eventos dessa natureza traz novas oportunidades para empresas e profissionais do gênero, sejam de médio e grande porte ou mesmo Microempreendedores Individuais (MEIs) ou prestadores de serviço autônomo. Esse conjunto de atividades tende a, em médio e longo prazo, restabelecer boa parte da cadeia produtiva.

Esse conjunto de fatores traz a expectativa positiva de que um novo tempo se iniciará em breve para a economia cearense, que tende a estar mais fortalecida para os desafios de 2022, um ano de eleições gerais – em que naturalmente devem haver instabilidades políticas – e de reposicionamento das cadeias produtivas e dos mercados nacional e internacional no pós-pandemia.



OSVALDO EUCLIDES ARAÚJO

Graduado em Economia. Mestre em Administração. Professor universitário, escritor. Foi presidente do Corecon-Ce e do IBEF do Ceará.

A MÚSICA BAIANA E A TEORIA ECONÔMICA

A ciência econômica tem lá os seus pilares, fundamentos sobre os quais se apoiam a teoria, conceitos, leis, recomendações. Dessas premissas, ou pontos de suporte, em tese, não se pode fugir, compõem a cadeia lógica. Talvez um dos primeiros desses pontos de partida seja a racionalidade, a ideia de que todos agem depois de pensar, ponderar, não por impulsos. Todos agiriam com a razão no mundo da teoria econômica. Pressupõe-se que a pessoa observa, se informa, reflete e decide sempre pelo melhor resultado, pelo melhor desempenho em favor de seus interesses, pela mais favorável relação entre custo e benefício. Será que esse pilar continua firme séculos depois?

Ultimamente, os Prêmios Nobel de Economia esqueceram a economia política e têm sido concedidos a trabalhos sobre finanças comportamentais. E o que muitas delas apontam é que a emoção é mais forte que a razão, a circunstância sutil supera a sensatez e pode conduzir e definir escolhas. Os profissionais de marketing e propaganda descobriram e usam isso faz tempo. São tantas emoções, são tantas as motivações. A racionalidade está em baixa. A ser verdade o que esses estudos apontam, será necessário colocar pelo menos uma vírgula na lógica tradicional.

Surpresa ou como questiona a música do Caetano, isso terá sempre estado oculto quando terá sido óbvio?

O mercado é o território da ciência econômica. Lá encontram-se (e equilibram-se) preços, oferta e procura, compradores, vendedores e intermediários, empresas e pessoas, sem falar de uma certa mão invisível que tudo consertaria e para todos os males teria cura. Pressupõe-se que no mercado todos têm o mesmo nível de informação (quantidade, qualidade, profundidade, velocidade...). É razoável desconfiar desse ponto de partida que a todos nivelaria. Não há mecanismos capazes de assegurar simetria de informações. Há impossibilidades práticas. Há informações que, inevitavelmente, serão acessíveis a poucos. O acesso a elas tem algo a ver com proximidade ou com afinidade com a fonte da informação ou com a fonte do poder. Se a informação não é igual para todos, o equilíbrio do mercado tende a ficar comprometido.

Ainda que não seja um pilar da economia, a paridade de força econômico-financeira dos agentes econômicos entra em todo raciocínio que se quer generalizar como premissa. Os modelos conceituais ou matemáticos não consideram a desigualdade de força entre os atores do mercado. E a desigualdade é hoje a marca. Há uma desproporção e uma distância imensas entre o topo cada vez mais concentrado e a base cada vez mais larga da pirâmide, fruto de um processo de concentração de riqueza sem freios. Como podem jogar de igual para igual o jogo da bolsa (ou do câmbio) um fundo com patrimônio de trilhões de dólares e um outro modesto personagem?

E o dinheiro, hein? A teoria monetária foi concebida há muito, muito tempo, quando era mais funcional separar M1, M2 e M3 e os negócios eram muito menos complexos. Essas coisas estão ficando distantes até no retrovisor. Até juro zero e negativo são parte da paisagem. E vejam-se as proporções. Negócios que entram no PIB somam, digamos, 100 unidades monetárias. Dívidas passam de 400 unidades e os derivativos podem superar 800. Nuvens de dinheiro em desproporção com a economia real. Tanto dinheiro que abala a ideia de escassez de capital e traz a ideia de empoçamento. E se uma dessas nuvens resolve chover?

E os bancos centrais já não são mais aqueles do passado, com aura de independência e trajetória de austeridade, com poder de vida e morte sobre as instituições financeiras. As crises mais recentes diminuíram-lhes a autoridade, tiraram-lhes as garras e arrancaram-lhes os dentes. E se tornaram

politicamente vulneráveis. Só não diminuíram as montanhas de dinheiro no cofre.

Outro dia, ouvindo um desses economistas mais rebeldes, ele, sorridente, provocava: e se a mão invisível for o Estado?

Alguma coisa está fora de ordem, diria o poeta baiano.

Pensando bem, talvez seja prudente ouvir menos música baiana e voltar à leitura de Adam Smith e David Ricardo.

**VICTOR XIMENES**

Jornalista, editor do Núcleo de Negócios do Sistema Verdes Mares e colunista de Economia do Diário do Nordeste.

A TEMPESTADE PERFEITA DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Impulsionados por uma tempestade inflacionária perfeita, os preços dos combustíveis em 2021 dispararam a um ritmo inédito no Brasil.

A majoração acumulada de 32%, de janeiro a setembro deste ano, no preço médio da gasolina, tornou-se um dos assuntos econômicos mais discutidos do País, desde as conversas, muitas vezes vazias de conteúdo que se proliferam nas redes sociais, às mais elevadas esferas da gestão pública, nas quais também, há que se lamentar, o tema não ganhou a profundidade merecida.

Por mais que esteja em discussão uma reforma tributária trôpega - a qual pouco ou nada atacará os problemas centrais do complexo, injusto e desigual sistema de arrecadação de impostos brasileiro - haveria atmosfera e 'timing' propícios a se discutir a composição dos preços dos combustíveis de forma efetiva e ordeira, com a cautela e agudeza que o tema demanda.

Contudo, apesar da ampla indignação dos contribuintes, submetidos a cotações jamais vistas no País em um cenário inflacionário que também acomete outras gamas de produtos essenciais (alimentos de primeira necessidade, energia elétrica, etc), os entes desperdiçam a oportunidade de costurar solução pelas vias republicanas, pelo diálogo, pela concessão e pela boa política.

Em vez deste caminho democrático, o Governo Federal adotou a via acusatória para o caso, eximindo-se de qualquer responsabilidade, mesmo diante de um assunto nacional. Adotou, com o presidente Jair Bolsonaro na função de principal porta-voz, um discurso raso e facilmente destrutível, segundo o qual a inflação da gasolina e demais derivados do petróleo se dá primordialmente pela incidência do ICMS.

A máxima do 'nós contra eles', orquestrada por arautos de uma guerra política inócua, serviu apenas para desviar o foco do problema. Nas bombas, os preços não paravam de subir, até o litro da gasolina superar a impressionante marca de R\$ 7,00, cotação inimaginável até nos vaticínios mais pessimistas que se poderia traçar no início de 2021..

A composição dos preços dos combustíveis está inalterada há pelo menos cinco anos, portanto, o ICMS incidente, bem como os tributos federais, proporcionalmente, estão no mesmo patamar de 2016, por exemplo, quando a gasolina custava, em média, R\$ 3,50, de acordo com a ANP.

Não há, por óbvio, correlação direta entre os intensos aumentos deste ano e o ICMS. O que ocorre, por força da matemática, é que o imposto estadual cresce em termos absolutos à medida que o preço da gasolina dispara.

Hipoteticamente, um estado em que o imposto seja de 29% sobre a venda do litro arrecadava R\$ 1,37 no início de 2021, quando cada litro custava em média R\$ 4,73 (dado da ANP referente ao Ceará em janeiro); e agora embolsa R\$ 1,73 por litro.

A União, com o PIS/Cofins, também passou a arrecadar mais em cada litro vendido ao consumidor.

Por mais que seja de clareza incontestada a frivolidade do debate que se instaurou sobre o tema, com gênese na copiosa verborragia do presidente, há que se ponderar: não há anjos e demônios nessa história.

Compreende-se que, para os estados, na pessoa dos governadores e secretários das pastas de finanças, toda a contenda narrativa oriunda do chefe do Executivo Federal criou enorme constrangimento, em especial pela ausência de fundamentos nas acusações, mas, em um ambiente político tão carente de pragmatismo, faltou também aos mandatários estaduais o engajamento propositivo no debate.

O que se viu foi um pingue-pongue de farpas de uma esfera para a outra. No meio disso, ficou o contribuinte, sem qualquer perspectiva de clareamento

no horizonte.

Não interessa aos estados, de forma alguma, prescindir das receitas provenientes do comércio de combustíveis, ainda mais sem perspectivas de compensação em outras rubricas. O ICMS do combustível, elevado como é, constitui fonte importante de recursos para o erário estadual.

A fim de puxar algum protagonismo para suas franjas, o Congresso até convocou o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, para prestar esclarecimentos sobre a sequência de reajustes que a gigante estatal do setor de combustíveis realizou neste ano. Foram nove, sempre com a justificativa de acompanhar os eventos do mercado internacional.

Em suma, conforme preconiza a política de preços da Petrobras, são estes repasses que vêm jogando para o alto o valor da gasolina, do diesel, do etanol, do GNV e do gás de cozinha. O presidente da empresa, contudo, na sessão ocorrida na Câmara dos Deputados, em setembro deste ano, não agarrou a responsabilidade pelo 'boom' inflacionário e mostrou-se escorregadio nas respostas aos questionamentos congressistas.

A fragilidade do real ante o dólar é outro fator que agita a inflação dos combustíveis. Quanto a isso, pesa a própria condução política do Governo Federal. Para alguns analistas, neste ciclo de valorização das commodities, do qual o Brasil já tira vantagem, o real deveria estar navegando por águas muito mais calmas, talvez até abaixo da casa de R\$ 5 para 1 dólar. O problema é que o noticiário político não contribui para uma cena estável.

Quando um presidente ataca deliberadamente o sistema eleitoral - o mesmo que ironicamente elegeu a si um punhado de vezes e a incontáveis de aliados - e os demais poderes que funcionam como alicerces para toda a estrutura da República, não já moeda que resista. Cria-se uma atmosfera inóspita ao investimento, uma nuvem carregada de incertezas no horizonte.

Cabe enumerar ainda que os saltos de preços nos combustíveis costumam turbinar em ato contínuo os valores de vários outros produtos, considerando a predominância do transporte rodoviário na logística da maioria dos setores e a inevitável majoração do frete e custos logísticos.

Toda esta fórmula, que inclui ainda, além das várias nuances supracitadas, fatores desfavoráveis no mercado mundial do petróleo, origina um imenso e tóxico bolo inflacionário para os consumidores.

É impossível retirar este elefante da sala só com transferências de responsabilidade e acusações políticas. Há que haver, de todos os partícipes, e isso inclui Governo Federal, Petrobras, estados e Congresso, real desejo e postura resolutiva para colocar o contribuinte, que é o principal padecente desta crise, no centro das discussões. Para isso, é premente deixar de lado os interesses individuais que cada ente e esfera defende e pensar a questão de forma holística.

**DARLA LOPES**

Economista com formação em Psicologia Econômica, sócia da Aveiro Consultoria, Conselheira do Corecon-Ce e Diretora de Educação Financeira do IBEF.

FINANÇAS PESSOAIS NA JUVENTUDE

A Organização Mundial de Saúde circunscreve a juventude entre 15 e 24 anos, essa fase é considerada pelos especialistas uma das mais desafiadoras, pois o processo de amadurecimento nesse período é muito abrangente e ambíguo em virtude do alto volume de mudanças.

Teoricamente os jovens já aprenderam e desenvolveram as habilidades esperadas na infância e adolescência, tais como: civilidade, empatia, assertividade, habilidades acadêmicas, autocontrole, expressividade emocional, solucionar problemas e muitas outras. Ocorre que existe uma lacuna no que tange os assuntos relacionados a dinheiro.

Os problemas financeiros decorrem da falta de educação formal sobre essa temática, bem como das crenças negativas sedimentadas no indivíduo, gerando decisões ou escolhas ruins. Na fase adulta os erros financeiros são verdadeiras armadilhas. Na maioria das vezes, orçamento, planejamento financeiro, dinheiro ou controle de gastos não fazem parte das conversas familiares.

O aprendizado sobre como lidar com dinheiro vem da família de origem, que influencia a nível consciente e inconsciente pelo padrão de funcionamento dos que nos cercam, bem como por tudo que foi visto, ouvido e vivenciado. Essa interação gera uma modelagem aparentemente imutável, porém através de novas vivências é possível reconstruir um midset financeiro de sucesso.

É imprescindível que seja claro para o jovem que somos seres espirituais numa experiência física e a valorização dos aspectos materiais e imateriais devem caminhar em harmonia. Ou seja, é importante valorizar e equilibrar as emoções, sentimentos e os recursos financeiros.

No decorrer dos anos os jovens gradativamente desfrutam de mais liberdade, porém é importante que seja despertado um grau maior de responsabilidade. Nessa fase, tudo parece mais intenso e a pressa é grande companheira dos jovens, há uma sede de viver novas experiências. Existe um aspecto positivo nisso: essa pressa geralmente induz ao erro, que por sua vez traz um enorme aprendizado.

Em apenas 1 (um) dia tomamos em média 35.000 (trinta e cinco mil) decisões, algumas simples e outras mais complexas, por vezes há o esquecimento do viés futuro que cada escolha carrega. A ciência constatou que o ser humano vive tentando maximizar o prazer e afastar o sofrimento, e por isso alimenta uma série de estratégias para manter-se aparentemente feliz. Uma delas é gastar descontroladamente, realizando compras sem necessidade, acreditando no prazer imediato de possuir alguma coisa. Ocorre que existe um viés futuro referente a decisão consumista e imediatista: é a escassez e o endividamento precoce, trazendo infelicidade e arrependimento.

O jovem tem um papel fundamental na quebra do ciclo vicioso da falta de educação financeira. É possível começar hoje a modelar o futuro sem abrir mão das experiências no presente. É importante considerar algumas perspectivas, a fim de nortear o direcionamento financeiro na vida dos jovens, tais quais:

1. Buscar o propósito de vida e escolher uma profissão que traga felicidade.
2. Ser organizado com os horários. Tempo é dinheiro.
3. Priorizar a educação, se possível conhecer novas culturas e interagir com grupos diferentes. Diga não a discriminação e ao racismo.
4. lembrar que existe: eu, o outro e o planeta. Busque sempre o melhor para todos.
5. Ter um planejamento financeiro pessoal de curto, médio e longo prazo.
6. Produzir um orçamento pessoal considerando 3 contas principais: Receita, Investimento e Despesas.
7. Lembrar de fazer doação, quando doamos estamos informando para o

universo que somos prósperos.

8. Gastar menos do que ganha.

9. Dizer não ao consumismo.

10. Praticar a gratidão antecipada. Agradeça antes de receber.